



CÓD: OP-1080T-21
7908403513031

ISE-AC

INSTITUTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO ACRE

Comum aos Cargos de Ensino Superior:
Assistente Social e Psicólogo

EDITAL Nº 001 SEPLAG/ISE, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021

Língua Portuguesa

1. Leitura E Interpretação De Texto Literário E Não Literário, (Compreensão Geral Do Texto; Ponto De Vista Ou Ideia Central Defendida Pelo Autor; Argumentação; Elementos De Coesão; Inferências; Estrutura E Organização Do Texto E Dos Parágrafos). Tipologia E Gêneros Textuais	01
2. Figuras De Linguagem.	10
3. Coerência E Coesão Textual	12
4. O Sentido Das Palavras – Adequação Vocabular, Denotação, Conotação, Polissemia E Ambiguidade. Homonímia, Sinonímia, Antonímia E Paronímia. Valor Semântico E Emprego Dos Conectivos	13
5. Sintaxe Da Oração (Período Simples; Termos Fundamentais E Acessórios Da Oração; Tipos De Predicado) E Do Período (Período Composto Por Coordenação E Por Subordinação). Relações Semânticas Estabelecidas Entre Orações, Períodos Ou Parágrafos (Oposição/Contraste, Conclusão, Concessão, Causalidade, Adição, Alternância Etc.)	13
6. Acentuação Gráfica.	16
7. Ortografia	16
8. Emprego Dos Sinais De Pontuação E Suas Funções No Texto	17
9. Concordâncias Verbal E Nominal.	18
10. Regências Verbal E Nominal.	20
11. Emprego De Tempos E Modos Verbais. Locuções Verbais (Perífrases Verbais). Paralelismo Sintático E Paralelismo Semântico. Emprego Das Classes Gramaticais. estrutura E Formação De Palavras	21

Raciocínio Lógico E Quantitativo

1. Entendimento Da Estrutura Lógica De Relações Arbitrárias Entre As Pessoas, Lugares, Objetos Ou Eventos Fictícios; Dedução De Novas Relações Em Função De Relações Fornecidas E Avaliação Das Condições Usadas Para Estabelecer A Estrutura Daquelas Relações. Compreensão E Análise Da Lógica De Uma Situação, Utilizando As Funções Intelectuais; Raciocínio Verbal, Raciocínio Matemático, Raciocínio Sequencial, Orientação Espacial E Temporal, Formação De Conceitos E Discriminação De Elementos; Problemas Utilizando As Operações Fundamentais	01
---	----

História E Geografia Do Acre

1. História, Historiografia E Realidade Étnica E Social Do Acre: A Anexação Do Acre Ao Brasil. O Processo De Ocupação Das Terras Acreanas, A Ocupação Indígena, A Imigração Nordestina E A Produção Da Borracha E A Insurreição. Organização Social Do Acre E Expressão Literária. A Chegada Dos “Paulistas” Nas Terras Acreanas A Partir Dos Anos 1970 Do Século Passado: Êxodo Rural, Conflitos Pela Terra E Invasões Do Espaço Urbano. Comemorações Cívicas	01
2. Política E Economia Do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto, Evolução Das Ocupações E Do Emprego, População. Trabalhos E Produção Nas Diferentes Nações Indígenas, Uso E Posse Da Terra Dos Indígenas Da Amazônia No Auge Do Ciclo Da Borracha, Ocupação E Utilização Da Terra, Ocupação E Disputa Pela Terra Entre Povos Indígenas E Grupos De Interesse Socioeconômico E Atividades Econômicas Mais Relevantes No Estudo Da História Da Amazônia E Do Acre.	04
3. Geografia Do Acre: Amazônia E Características Gerais: O Espaço Acreano. Aspectos Geográficos E Ecológicos Da Amazônia E Do Acre. Formação Econômica Do Acre. Processo De Anexação Do Acre Ao Brasil: Tratados E Limites. O Território Do Acre, Municípios E Populações Do Acre: População E Localização. Nova Configuração Do Mapa. Microrregiões. Atuais Municípios. Relevo, Vegetação E Suas Características, Clima, Solo, Hidrografia, Fluxo Migratório, Extrativismo E Zoneamento Ecológico Do Acre. Hidrografia: Bacia Amazônica E Principais Rios Do Acre. Modos De Vida No Campo E Na Cidade	10

Atualidades

1. Questões Relacionadas A Acontecimentos Políticos, Econômicos, Sociais E Culturais, Nacionais E Internacionais.	01
2. Tópicos Relevantes E Atuais De Diversas Áreas, Especialmente Sobre O Brasil E O Estado Do Acre (Tópicos E Questões Ocorridos Até A Data De Publicação Do Edital De Abertura)	01

1. Leitura E Interpretação De Texto Literário E Não Literário, (Compreensão Geral Do Texto; Ponto De Vista Ou Ideia Central Defendida Pelo Autor; Argumentação; Elementos De Coesão; Inferências; Estrutura E Organização Do Texto E Dos Parágrafos). Tipologia E Gêneros Textuais	01
2. Figuras De Linguagem.	10
3. Coerência E Coesão Textual	12
4. O Sentido Das Palavras – Adequação Vocacular, Denotação, Conotação, Polissemia E Ambiguidade. Homonímia, Sinonímia, Antonímia E Paronímia. Valor Semântico E Emprego Dos Conectivos	13
5. Sintaxe Da Oração (Período Simples; Termos Fundamentais E Acessórios Da Oração; Tipos De Predicado) E Do Período (Período Composto Por Coordenação E Por Subordinação). Relações Semânticas Estabelecidas Entre Orações, Períodos Ou Parágrafos (Oposição/Contraste, Conclusão, Concessão, Causalidade, Adição, Alternância Etc.)	13
6. Acentuação Gráfica.	16
7. Ortografia	16
8. Emprego Dos Sinais De Pontuação E Suas Funções No Texto	17
9. Concordâncias Verbal E Nominal.	18
10. Regências Verbal E Nominal.	20
11. Emprego De Tempos E Modos Verbais. Locuções Verbais (Perífrases Verbais). Paralelismo Sintático E Paralelismo Semântico. Emprego Das Classes Gramaticais.estrutura E Formação De Palavras	21

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO; ELEMENTOS DE COESÃO; INFERÊNCIAS; ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS). TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada *“Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”*.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

*A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a A.*

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

*Todo ruminante é um mamífero.
A vaca é um ruminante.
Logo, a vaca é um mamífero.*

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o **auditório**, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio *“Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”*.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz *“A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”*, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma *“Amigo de amigo meu é meu amigo”* não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “*Todos os políticos são ladrões*”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

- Emprego de noções científicas sem nenhum rigor, fora do contexto adequado, sem o significado apropriado, vulgarizando-as e atribuindo-lhes uma significação subjetiva e grosseira. É o caso, por exemplo, da frase “*O imperialismo de certas indústrias não permite que outras cresçam*”, em que o termo imperialismo é descabido, uma vez que, a rigor, significa “*ação de um Estado visando a reduzir outros à sua dependência política e econômica*”.

A boa argumentação é aquela que está de acordo com a situação concreta do texto, que leva em conta os componentes envolvidos na discussão (o tipo de pessoa a quem se dirige a comunicação, o assunto, etc).

Convém ainda alertar que não se convence ninguém com manifestações de sinceridade do autor (como eu, que não costumo mentir...) ou com declarações de certeza expressas em fórmulas feitas (como estou certo, creio firmemente, é claro, é óbvio, é evidente, afirmo com toda a certeza, etc). Em vez de prometer, em seu texto, sinceridade e certeza, autenticidade e verdade, o enunciador deve construir um texto que revele isso. Em outros termos, essas qualidades não se prometem, manifestam-se na ação.

A argumentação é a exploração de recursos para fazer parecer verdadeiro aquilo que se diz num texto e, com isso, levar a pessoa a que texto é endereçado a crer naquilo que ele diz.

Um texto dissertativo tem um assunto ou tema e expressa um ponto de vista, acompanhado de certa fundamentação, que inclui a argumentação, questionamento, com o objetivo de persuadir. Argumentar é o processo pelo qual se estabelecem relações para chegar à conclusão, com base em premissas. Persuadir é um processo de convencimento, por meio da argumentação, no qual procura-se convencer os outros, de modo a influenciar seu pensamento e seu comportamento.

A persuasão pode ser válida e não válida. Na persuasão válida, expõem-se com clareza os fundamentos de uma ideia ou proposição, e o interlocutor pode questionar cada passo do raciocínio empregado na argumentação. A persuasão não válida apoia-se em argumentos subjetivos, apelos subliminares, chantagens sentimentais, com o emprego de “*apelações*”, como a inflexão de voz, a mímica e até o choro.

Alguns autores classificam a dissertação em duas modalidades, expositiva e argumentativa. Esta, exige argumentação, razões a favor e contra uma ideia, ao passo que a outra é informativa, apresenta dados sem a intenção de convencer. Na verdade, a escolha dos dados levantados, a maneira de expô-los no texto já revelam uma “*tomada de posição*”, a adoção de um ponto de vista na dissertação, ainda que sem a apresentação explícita de argumentos. Desse ponto de vista, a dissertação pode ser definida como discussão, debate, questionamento, o que implica a liberdade de pensamento, a possibilidade de discordar ou concordar parcialmente. A liberdade de questionar é fundamental, mas não é suficiente para organizar um texto dissertativo. É necessária também a exposição dos fundamentos, os motivos, os porquês da defesa de um ponto de vista.

Pode-se dizer que o homem vive em permanente atitude argumentativa. A argumentação está presente em qualquer tipo de discurso, porém, é no texto dissertativo que ela melhor se evidencia.

Para discutir um tema, para confrontar argumentos e posições, é necessária a capacidade de conhecer outros pontos de vista e seus respectivos argumentos. Uma discussão impõe, muitas vezes, a análise de argumentos opostos, antagônicos. Como sempre, essa capacidade aprende-se com a prática. Um bom exercício para aprender a argumentar e contra-argumentar consiste em desenvolver as seguintes habilidades:

- **argumentação**: anotar todos os argumentos a favor de uma ideia ou fato; imaginar um interlocutor que adote a posição totalmente contrária;

- **contra-argumentação**: imaginar um diálogo-debate e quais os argumentos que essa pessoa imaginária possivelmente apresentaria contra a argumentação proposta;

- **refutação**: argumentos e razões contra a argumentação oposta.

A argumentação tem a finalidade de persuadir, portanto, argumentar consiste em estabelecer relações para tirar conclusões válidas, como se procede no método dialético. O método dialético não envolve apenas questões ideológicas, geradoras de polêmicas. Trata-se de um método de investigação da realidade pelo estudo de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno em questão e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Descartes (1596-1650), filósofo e pensador francês, criou o método de raciocínio silogístico, baseado na dedução, que parte do simples para o complexo. Para ele, verdade e evidência são a mesma coisa, e pelo raciocínio torna-se possível chegar a conclusões verdadeiras, desde que o assunto seja pesquisado em partes, começando-se pelas proposições mais simples até alcançar, por meio de deduções, a conclusão final. Para a linha de raciocínio cartesiana, é fundamental determinar o problema, dividi-lo em partes, ordenar os conceitos, simplificando-os, enumerar todos os seus elementos e determinar o lugar de cada um no conjunto da dedução.

A lógica cartesiana, até os nossos dias, é fundamental para a argumentação dos trabalhos acadêmicos. Descartes propôs quatro regras básicas que constituem um conjunto de reflexos vitais, uma série de movimentos sucessivos e contínuos do espírito em busca da verdade:

- evidência;
- divisão ou análise;
- ordem ou dedução;
- enumeração.

A enumeração pode apresentar dois tipos de falhas: a omissão e a incompreensão. Qualquer erro na enumeração pode quebrar o encadeamento das ideias, indispensável para o processo dedutivo.

A forma de argumentação mais empregada na redação acadêmica é o *silogismo*, raciocínio baseado nas regras cartesianas, que contém três proposições: *duas premissas*, maior e menor, e *a conclusão*. As três proposições são encadeadas de tal forma, que a conclusão é deduzida da maior por intermédio da menor. A premissa maior deve ser universal, emprega *todo*, *nenhum*, *pois alguns* não caracteriza a universalidade. Há dois métodos fundamentais de raciocínio: a *dedução* (silogística), que parte do geral para o particular, e a *indução*, que vai do particular para o geral. A expressão formal do método dedutivo é o silogismo. A dedução é o caminho das consequências, baseia-se em uma conexão descendente (do geral para o particular) que leva à conclusão. Segundo esse método, partindo-se de teorias gerais, de

verdades universais, pode-se chegar à previsão ou determinação de fenômenos particulares. O percurso do raciocínio vai da causa para o efeito. Exemplo:

Todo homem é mortal (premissa maior = geral, universal)
 Fulano é homem (premissa menor = particular)
 Logo, Fulano é mortal (conclusão)

A indução percorre o caminho inverso ao da dedução, baseia-se em uma conexão ascendente, do particular para o geral. Nesse caso, as constatações particulares levam às leis gerais, ou seja, parte de fatos particulares conhecidos para os fatos gerais, desconhecidos. O percurso do raciocínio se faz do *efeito* para a *causa*. Exemplo:

O calor dilata o ferro (particular)
 O calor dilata o bronze (particular)
 O calor dilata o cobre (particular)
 O ferro, o bronze, o cobre são metais
 Logo, o calor dilata metais (geral, universal)

Quanto a seus aspectos formais, o silogismo pode ser válido e verdadeiro; a conclusão será verdadeira se as duas premissas também o forem. Se há erro ou equívoco na apreciação dos fatos, pode-se partir de premissas verdadeiras para chegar a uma conclusão falsa. Tem-se, desse modo, o **sofisma**. Uma definição inexata, uma divisão incompleta, a ignorância da causa, a falsa analogia são algumas causas do sofisma. O sofisma pressupõe má fé, intenção deliberada de enganar ou levar ao erro; quando o sofisma não tem essas intenções propositais, costuma-se chamar esse processo de argumentação de **paralogismo**. Encontra-se um exemplo simples de sofisma no seguinte diálogo:

- Você concorda que possui uma coisa que não perdeu?
- Lógico, concordo.
- Você perdeu um brilhante de 40 quilates?
- Claro que não!
- Então você possui um brilhante de 40 quilates...

Exemplos de sofismas:

Dedução

Todo professor tem um diploma (geral, universal)
 Fulano tem um diploma (particular)
 Logo, fulano é professor (geral – conclusão falsa)

Indução

O Rio de Janeiro tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular) Taubaté (SP) tem uma estátua do Cristo Redentor. (particular) Rio de Janeiro e Taubaté são cidades.

Logo, toda cidade tem uma estátua do Cristo Redentor. (geral – conclusão falsa)

Nota-se que as premissas são verdadeiras, mas a conclusão pode ser falsa. Nem todas as pessoas que têm diploma são professores; nem todas as cidades têm uma estátua do Cristo Redentor. Comete-se erro quando se faz generalizações apresadas ou infundadas. A “simples inspeção” é a ausência de análise ou análise superficial dos fatos, que leva a pronunciamentos subjetivos, baseados nos sentimentos não ditados pela razão.

Tem-se, ainda, outros métodos, subsidiários ou não fundamentais, que contribuem para a descoberta ou comprovação da verdade: análise, síntese, classificação e definição. Além desses, existem outros métodos particulares de algumas ciências, que

adaptam os processos de dedução e indução à natureza de uma realidade particular. Pode-se afirmar que cada ciência tem seu método próprio demonstrativo, comparativo, histórico etc. A análise, a síntese, a classificação a definição são chamadas métodos sistemáticos, porque pela organização e ordenação das ideias visam sistematizar a pesquisa.

Análise e síntese são dois processos opostos, mas interligados; a análise parte do todo para as partes, a síntese, das partes para o todo. A análise precede a síntese, porém, de certo modo, uma depende da outra. A análise decompõe o todo em partes, enquanto a síntese recompõe o todo pela reunião das partes. Sabe-se, porém, que o todo não é uma simples justaposição das partes. Se alguém reunisse todas as peças de um relógio, não significa que reconstruiu o relógio, pois fez apenas um amontoado de partes. Só reconstruiria todo se as partes estivessem organizadas, devidamente combinadas, seguida uma ordem de relações necessárias, funcionais, então, o relógio estaria reconstruído.

Síntese, portanto, é o processo de reconstrução do todo por meio da integração das partes, reunidas e relacionadas num conjunto. Toda síntese, por ser uma reconstrução, pressupõe a análise, que é a decomposição. A análise, no entanto, exige uma decomposição organizada, é preciso saber como dividir o todo em partes. As operações que se realizam na análise e na síntese podem ser assim relacionadas:

Análise: penetrar, decompor, separar, dividir.

Síntese: integrar, recompor, juntar, reunir.

A análise tem importância vital no processo de coleta de ideias a respeito do tema proposto, de seu desdobramento e da criação de abordagens possíveis. A síntese também é importante na escolha dos elementos que farão parte do texto.

Segundo Garcia (1973, p.300), a análise pode ser *formal ou informal*. A análise formal pode ser científica ou experimental; é característica das ciências matemáticas, físico-naturais e experimentais. A análise informal é racional ou total, consiste em “discernir” por vários atos distintos da atenção os elementos constitutivos de um todo, os diferentes caracteres de um objeto ou fenômeno.

A análise decompõe o todo em partes, a classificação estabelece as necessárias relações de dependência e hierarquia entre as partes. Análise e classificação ligam-se intimamente, a ponto de se confundir uma com a outra, contudo são procedimentos diversos: análise é decomposição e classificação é hierarquização.

Nas ciências naturais, classificam-se os seres, fatos e fenômenos por suas diferenças e semelhanças; fora das ciências naturais, a classificação pode-se efetuar por meio de um processo mais ou menos arbitrário, em que os caracteres comuns e diferenciadores são empregados de modo mais ou menos convencional. A classificação, no reino animal, em ramos, classes, ordens, subordens, gêneros e espécies, é um exemplo de classificação natural, pelas características comuns e diferenciadoras. A classificação dos variados itens integrantes de uma lista mais ou menos caótica é artificial.

Exemplo: aquecedor, automóvel, barbeador, batata, caminhão, canário, jipe, leite, ônibus, pão, pardal, pintassilgo, queijo, relógio, sabiá, torradeira.

Aves: Canário, Pardal, Pintassilgo, Sabiá.

Alimentos: Batata, Leite, Pão, Queijo.

Mecanismos: Aquecedor, Barbeador, Relógio, Torradeira.

Veículos: Automóvel, Caminhão, Jipe, Ônibus.

1. Entendimento da estrutura lógica de relações arbitrárias entre as pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas relações em função de relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais; raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos; problemas utilizando as operações fundamentais 01

ENTENDIMENTO DA ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE AS PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES EM FUNÇÃO DE RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELLECTUAIS; RACIOCÍNIO VERBAL, RACIOCÍNIO MATEMÁTICO, RACIOCÍNIO SEQUENCIAL, ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL, FORMAÇÃO DE CONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS; PROBLEMAS UTILIZANDO AS OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

- A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)
- B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)
- C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	v̄	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v̄ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v̄ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v̄ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p → q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																

Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	p	q	$p \leftrightarrow q$
			V	V	V
			V	F	F
			F	V	F
F	F	V			

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

p	q	Disjunção $p \vee q$	Conjunção $p \wedge q$	Condicional $p \rightarrow q$	Bicondicional $p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:

(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

– “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”

– A expressão $x + y$ é positiva.

– O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.

– Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.

– O que é isto?

Há exatamente:

(A) uma proposição;

(B) duas proposições;

(C) três proposições;

(D) quatro proposições;

(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) “A frase dentro destas aspas é uma mentira”, não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão $x + y$ é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compôr novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	v̄	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v̄ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v̄ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v̄ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p → q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	↔	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ↔ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p ↔ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	p ↔ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

1. História, Historiografia E Realidade Étnica E Social Do Acre: A Anexação Do Acre Ao Brasil. O Processo De Ocupação Das Terras Acreanas, A Ocupação Indígena, A Imigração Nordestina E A Produção Da Borracha E A Insurreição. Organização Social Do Acre E Expressão Literária. A Chegada Dos “Paulistas” Nas Terras Acreanas A Partir Dos Anos 1970 Do Século Passado: Êxodo Rural, Conflitos Pela Terra E Invasões Do Espaço Urbano. Comemorações Cívicas01
2. Política E Economia Do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto, Evolução Das Ocupações E Do Emprego, População. Trabalhos E Produção Nas Diferentes Nações Indígenas, Uso E Posse Da Terra Dos Indígenas Da Amazônia No Auge Do Ciclo Da Borracha, Ocupação E Utilização Da Terra, Ocupação E Disputa Pela Terra Entre Povos Indígenas E Grupos De Interesse Socioeconômico E Atividades Econômicas Mais Relevantes No Estudo Da História Da Amazônia E Do Acre.04
3. Geografia Do Acre: Amazônia E Características Gerais: O Espaço Acreano. Aspectos Geográficos E Ecológicos Da Amazônia E Do Acre. Formação Econômica Do Acre. Processo De Anexação Do Acre Ao Brasil: Tratados E Limites. O Território Do Acre, Municípios E Populações Do Acre: População E Localização. Nova Configuração Do Mapa. Microrregiões. Atuais Municípios. Relevo, Vegetação E Suas Características, Clima, Solo, Hidrografia, Fluxo Migratório, Extrativismo E Zoneamento Ecológico Do Acre. Hidrografia: Bacia Amazônica E Principais Rios Do Acre. Modos De Vida No Campo E Na Cidade 10

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E REALIDADE ÉTNICA E SOCIAL DO ACRE: A ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS ACREANAS, A OCUPAÇÃO INDÍGENA, A IMIGRAÇÃO NORDESTINA E A PRODUÇÃO DA BORRACHA E A INSURREIÇÃO. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO ACRE E EXPRESSÃO LITERÁRIA. A CHEGADA DOS “PAULISTAS” NAS TERRAS ACREANAS A PARTIR DOS ANOS 1970 DO SÉCULO PASSADO: ÊXODO RURAL, CONFLITOS PELA TERRA E INVASÕES DO ESPAÇO URBANO. COMEMORAÇÕES CÍVICAS

O Estado do Acre desempenhou um papel relevante na história da região Amazônica durante a expansão da economia da borracha no fim do século XIX pelo potencial de riqueza natural dos rios acreanos e pela qualidade e produtividade dos seringais existentes em seu território. O Acre foi cenário do surgimento de organizações sociais e políticas inovadoras nas últimas décadas do século XX baseadas na defesa do valor econômico dos recursos naturais. E hoje, tendo optado por um modelo de desenvolvimento que busca conciliar o uso econômico das riquezas da floresta com a modernização de atividades que impactam o meio ambiente, reassume importância estratégica no futuro da Amazônia. O Acre vem mostrando que é possível crescer com inclusão social e proteção do meio ambiente.

O povoamento humano do Acre teve início, provavelmente, entre 20 mil e 10 mil anos atrás, quando grupos provenientes da Ásia chegaram à América do Sul após uma longa migração e ocuparam as terras baixas da Amazônia. Registros arqueológicos só recentemente estudados vem permitindo o conhecimento das origens dessas culturas imemoriais. Mas foi do conflito entre grupos indígenas e migrantes nordestinos que se originou a sociedade acreana tal como a conhecemos na atualidade.

Em meados do século XIX, quando a região amazônica começou a ser conquistada e inserida no mercado, a ocupação dos altos rios Purus e Juruá pelos povos nativos apresentava uma divisão territorial entre dois grupos linguísticos com significativas diferenças: no Purus havia o predomínio de grupos Aruan e Aruak, do mesmo tronco linguístico, no vale do Juruá havia o predomínio de grupos Pano. Cinco grupos nativos diferentes ocupavam os espaços da Amazônia Sul Ocidental.

A ocupação do território habitado por indígenas e que hoje forma o Estado do Acre teve início com o primeiro ciclo econômico da borracha, por volta da segunda metade da década de 1800. Esse ciclo, que marcou os Estados da Amazônia, em geral, está associado com a demanda industrial internacional da Europa e dos EUA, a partir de fins do século XIX. Para suprir à procura pela borracha, foi organizado um sistema de circulação de produtos e mercadorias conectando seringueiros e seringalistas que comandavam a produção na Amazônia a comerciantes do Amazonas e Pará e grupos financeiros da Europa, lançando os fundamentos da empresa extrativa da borracha.

A ocupação do Estado do Acre, diferentemente de outros Estados da Amazônia, apresenta algumas particularidades que merecem destaque, por suas consequências sociais, culturais e políticas. Grande parte dessas particularidades está associada com questões fundiárias históricas e as lutas que essas desencadearam, desde 1867, quando o governo do Império do Brasil assina o Tratado de Ayacucho, reconhecendo ser da Bolívia o antigo espaço que hoje pertence ao Estado do Acre.

A partir de 1878, a empresa seringalista alcançou a boca do rio Acre controlando a exploração em todo o médio Purus e, em 1880, ultrapassou a Linha Cunha Gomes, limite final das fronteiras legais brasileiras, expandindo-se para território boliviano. Intensa seca ocorrida na região nordestina, em 1877, disponibilizou a mão de obra necessária para o empreendimento extrativista, população que não estava conseguindo a sobrevivência em fazendas e pequenas propriedades agrícolas do Nordeste. Na sequência, em 1882, os migrantes que vieram do Nordeste brasileiro, fugindo das secas, fundaram o seringal Empresa, que mais tarde veio a ser a capital do Acre, Rio Branco.

Nessa época, o governo da Bolívia pretendia passar o controle do território do Acre para o Anglo-Bolivian Syndicate de Nova York, por meio de um contrato que concedia não só o monopólio sobre a produção e exportação da borracha, como também auferia os direitos fiscais, mantendo ainda as tarefas de polícia local. A reação dos acreanos se concretizou com a rebelião de Plácido de Castro. Também o governo brasileiro iniciou ações diplomáticas, capitaneadas pelo Barão de Rio Branco.

Em 1901, Luís Galvez, com o apoio do governador do Estado do Amazonas, proclamou o Acre Estado Independente, acirrando os conflitos entre bolivianos, seringueiros e seringalistas. As negociações entre o governo brasileiro e o boliviano chegaram a um acordo em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, por meio do qual o Brasil incorporou ao território nacional uma extensão de terra de quase 200 mil km², que foi entregue a 60 mil seringueiros e suas famílias para que lá pudessem exercer as funções extrativas da borracha.

Historicamente, a migração dos nordestinos ampliou as fronteiras do país na Região Norte e contribuiu para a geração de riquezas oriundas do crescente volume e valor das exportações brasileiras de borracha no período. A crise de preços desse produto, nos primeiros anos do século XX, acabou dando origem a um modelo de ocupação baseado em atividades de subsistência e comerciais em escala reduzida, dependente diretamente dos recursos naturais disponíveis no local. Contudo, a partir de 1912, o Brasil perdeu a supremacia da borracha. Esse fato foi ocasionado pelos altos custos da extração do produto, que impossibilitavam a competição com as plantações do Oriente; inexistência de pesquisas agrônomicas

em larga escala devidamente amparadas pelo setor público; falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da goma elástica; carência de uma mão de obra barata da região, elemento essencial ao sistema produtivo; insuficiência de capital financeiro aliada à distância e às condições naturais adversas da região. Os seringueiros que trabalhavam na extração do látex se mantiveram em alguns seringais, sobrevivendo por meio da exploração da madeira, pecuária, comércio de peles e atividades ligadas à coleta e produção de alimentos.

Por mais de cem anos essa sociedade teve como base a exploração da borracha, castanha, pesca, madeira, agricultura e pecuária em pequena escala. Se, por um lado, essa tradição contribuiu para a manutenção quase inalterada dos recursos naturais, gerou graves desigualdades sociais pela ausência de políticas de infraestrutura social e produtiva para a maioria da população.

Impacto sobre as sociedades indígenas

Como parte do mesmo processo desencadeado pela demanda da borracha, caucheiros peruanos vindos do Sudoeste cortavam a região das cabeceiras do Juruá e do Purus, enquanto os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale de Madre de Díos e ocupar as terras acreanas

pelo sul. Frente a essas investidas, os povos nativos da região viram-se cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos sem ter para onde fugir ou como resistir à enorme pressão que vinha do capital internacional, que dependia da borracha amazônica. Para os índios inaugurou-se um novo tempo: de senhores das terras da Amazônia Sul-ocidental passaram a ser vistos como entrave à exploração da borracha e do caucho na região.

Desde o estabelecimento da empresa extrativista da borracha até a década de 1980, os índios do Acre passaram por uma longa fase de degradação de sua cultura tradicional, que inclui expropriação da mão de obra, descaracterização da cultura e desestruturação da organização social. O encontro entre culturas indígenas e não-indígenas foi marcado pelo confronto, que se expressou de forma cruel e excludente. Entre os anos de 1880 e 1910, o intenso ritmo da exploração da borracha resultou no extermínio de inúmeros grupos indígenas. Além disso, o estabelecimento da empresa extrativista da borracha alterou a forma de organização social dos índios. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas dos rios, mas a grande maioria foi pressionada a se modificar para não desaparecer.

A escassez da mão de obra levou ao emprego crescente das comunidades indígenas remanescentes nos seringais. Os comerciantes sírio-libaneses substituíram as casas aviadoras de Belém e Manaus na função de abastecer os barracões e manter ativos os seringais, e a população foi se estabelecendo na beira dos rios, dando origem a um segmento social tradicional do Estado, os ribeirinhos.

Ribeirinhos

No curso dos anos de exploração da borracha e mesmo entre as crises, às margens dos rios do Acre estabeleceram-se os ribeirinhos, que constituíram comunidades organizadas a partir de unidades produtivas familiares que utilizam os rios como principal meio de transporte, de produção e de relações sociais.

O ribeirinho, em sua maioria, é oriundo do Nordeste ou descende de pessoas daquela região. Destacamos que, com as agudas crises da borracha, muitos desses homens e suas famílias se fixaram nas margens dos rios, constituindo um tipo de população tradicional com estilo próprio na qual o rio tornou-se um dos elementos centrais de sua identidade.

Os produtores ribeirinhos desenvolvem uma economia de subsistência bastante diversificada, ao mesmo tempo adaptada e condicionada pelo meio ambiente, sem agredi-lo com práticas como queima e desmatamento da floresta. Por isso, sempre estiveram junto com os seringueiros na organização e defesa dos direitos de ocupação das áreas onde viviam.

Autonomia acreana

Apesar de o Tratado de Petrópolis ter reconhecido o território acreano como brasileiro, a incorporação ocorreu na forma de território e não como um Estado independente. Isso desagradou o povo acreano, em razão de sua dependência do poder executivo federal, pois significava que o Acre não tinha direito a uma Constituição própria, não podia arrecadar impostos, dependia dos repasses orçamentários do governo federal e sua população não poderia votar nas funções executivas ou legislativas.

Além disso, os administradores nomeados pelo governo federal não tinham nenhum compromisso com a sociedade acreana, situação agravada pela distância e isolamento das cidades e ineficiência dos serviços públicos.

A autonomia política do Acre tornava-se, então, a nova bandeira de luta. Começaram a ser fundados clubes políticos e organizações de proprietários e/ou de trabalhadores em diversas cidades como Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Em poucos anos a situação social acreana se agravaria em muito devido à redução no preço da borracha, que passou a ser produzida no sudeste asiático. A radicalização dos conflitos logo produziria efeitos mais graves: o assassinato de Plácido de Castro, em 1908, um dos líderes da oposição ao governo federal, e em 1910, registrou-se a primeira revolta autonomista em Cruzeiro do Sul, sendo seguida por Sena Madureira, em 1912, e em Rio Branco, em 1918, todas sufocadas à força pelo governo brasileiro.

A sociedade acreana viveu então um dos períodos mais difíceis da sua história. Os anos 20 foram marcados pela decadência econômica provocada pela queda dos preços internacionais da borracha. Os seringais faliram. Toda a riqueza acumulada havia sido drenada, ficando o Acre isolado. A população local buscou novas formas de organização social e de encontrar novos produtos que pudessem substituir a borracha no comércio internacional. Os seringais se transformaram em unidades produtivas mais diversificadas. Tiveram início a prática de agricultura de subsistência que diminuía a dependência de produtos importados, a intensificação da colheita e exportação da castanha e o crescimento do comércio de madeira e de peles de animais silvestres da fauna amazônica. Começavam assim, impulsionadas pela necessidade, as primeiras experiências de manejo dos recursos florestais acreanos. A situação de tutela política sobre a sociedade acreana, entretanto, mantinha-se inalterada. Nem mesmo o novo período de prosperidade da borracha, provocado pela Segunda Guerra Mundial, foi capaz de modificar esse quadro. Durante três anos (1942-1945), a “Batalha da Borracha” trouxe mais famílias nordestinas para o Acre, repovoando e enriquecendo novamente os seringais. Essa melhoria do contexto econômico fez com que os anseios autonomistas ganhassem nova força e, em 1962, depois de uma longa batalha legislativa, o Acre ganhou o status de Estado e o povo passou a exercer plenamente sua cidadania.

Sulistas no Acre

Os anos 70 e 80 desenharam outro contexto para o Acre com a vinda dos chamados “paulistas”. Essa identidade foi atribuída de forma genérica a grandes empresários sulistas e migrantes rurais que vieram para o Acre com objetivo de especular com a compra de grandes seringais. É importante salientar que, apesar de número razoável de pessoas oriundas das regiões Sul e Sudeste para os Projetos de Colonização, houve um grande número de pessoas residentes em áreas de florestas ou rurais dirigidas para os Projetos de Assentamento. Nesse sentido, os assentamentos serviam para atenuar pressões do Sul e Sudeste, mas principalmente das existentes no Acre, pela qual muitas pessoas foram mortas e expulsas de suas terras.

Embora dados do Incra indiquem a atual existência de concentração de áreas nas mãos de grandes proprietários, mesmo dentro dos projetos de colonização, esse fato não ocorria na época da criação deles. Naquela oportunidade, esses espaços foram loteados e ocupados por famílias pobres e sem-terra, basicamente seringueiros e posseiros.

Pressões vindas de vários segmentos sociais contribuíram para a criação dos projetos de colonização do Acre, entre os quais se destacaram os ex-seringueiros e posseiros expulsos dos seringais por ocasião do processo de transferência das terras acreanas para os fazendeiros do Centro-Sul.

Em meados de 70 do século XX, as tensões entre pecuaristas e latifundiários de um lado e seringueiros do outro fomentaram a expropriação destes dos seringais, dando origem a um contingente de desempregados nos bairros e no entorno das cidades acreanas. Parcela significativa de famílias migrou para os seringais da Bolívia, ali constituindo família e criando novas identidades. Esse novo ator social foi designado por um grupo de estudiosos como “brasivianos”. Contexto diferente ocorreu nos anos 80, quando os seringueiros passaram a se organizar politicamente devido as fortes tensões e pela expropriação de suas terras e da proibição do uso dos recursos naturais.

Ao custo de muitos conflitos e mortes, a sociedade acreana conseguiu redirecionar o modelo econômico implantado pelos militares na década de 60. O assassinato de líderes representativos como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, entre outros, evidenciou a força da reação da sociedade local aos agentes externos e produziu o recuo daqueles investidores que apenas buscavam exploração de curto prazo dos recursos naturais e da força de trabalho.

A partir dos últimos anos da década de 70 e durante os anos 80 e 90, o Acre passou a ser o cenário de inúmeras experiências inovadoras de gestão de recursos naturais e investimentos sociais, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo em que defendiam seus direitos, os diversos grupos sociais elaboravam novas propostas que foram sendo implementadas, em pequena escala, em todo o Estado.

Os conflitos foram se tornando cada vez mais explosivos e, em 1980, Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, foi assassinado. Muitas outras mortes ocorreriam, culminando com a de Chico Mendes, em 1988, que provocou o reconhecimento internacional da sua causa, na luta em defesa da floresta e de seus povos.

Não deve ser esquecida, nesse contexto, a importância crescente que as questões ambientais vêm assumindo, internacional e nacionalmente. Essa conjugação de circunstâncias fez com que as populações tradicionais recebessem apoio nacional e internacional dos diversos movimentos que apontavam a necessidade da manutenção dos recursos naturais.

Anexação

O processo de incorporação do Acre ao Brasil decorreu do desbravamento de populações do Nordeste, que o povo arame o fizeram produtivo, repetindo a proeza dos bandeirantes de São Paulo, que partiram em expedições para o interior nos séculos XVI e XVII. No caso do Acre, foram as secas nordestinas e o apelo econômico da borracha - produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais - que motivaram a movimentação de massas humanas oriundas do Nordeste, para aquela região amazônica. Datam de 1877 os primeiros marcos de civilização efetiva ocorrida no Acre, com a chegada dos imigrantes nordestinos que iniciaram a abertura de seringais. Até então, o Acre era habitado apenas por índios não aculturados, uma vez que a expansão luso-brasileira ocorrida na Amazônia durante o período colonial, não o havia alcançado. A partir dessa época, no entanto, a região tornou-se ativa frente pioneira, que avançou pelas três vias hidrográficas existentes: o rio Acre, o Alto-Purus e o Alto-Juruá.

O território do Acre pertencia à Bolívia até o início do século XX, embora desde as primeiras décadas do século XIX a maioria da sua população fosse formada por brasileiros que exploravam os seringais e não obedeciam à autoridade boliviana, formando, na prática, um território independente e exigindo a sua anexação

ao Brasil. Em 1899, na tentativa de assegurar o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos e fundaram a cidade de Puerto Alonso, hoje Porto Acre. Os brasileiros revoltaram-se com tal providência, o que resultou na disseminação de vários conflitos, que somente terminaram com a assinatura, em 17 de novembro de 1903, do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu, em parte por compra e em parte pela troca de pequenas áreas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o futuro território e depois Estado do Acre.

Problemas de fronteira também existiram com o Peru, que reivindicava a propriedade de todo o Território do Acre e mais uma extensa área no Estado do Amazonas, tendo tentado estabelecer delegações administrativas e militares na região do Alto-Juruá entre os anos de 1898 e 1902, e do Alto-Purus entre 1900 e 1903. Os brasileiros, no entanto, com seus próprios recursos, forçaram os peruanos a abandonar o Alto-Purus em setembro de 1903. Com base nos títulos brasileiros e nos estudos das comissões mistas que pesquisaram as zonas do Alto-Purus e do Alto-Juruá, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores na época, propôs ao Governo do Peru o acerto de limites firmado a 8 de setembro de 1909. Com este ato completou-se a integração política do Acre à comunidade brasileira.

A partir de 1920, a administração do Acre foi unificada e passou a ser exercida por um Governador, nomeado pelo Presidente da República. Pela Constituição de 1934, o Território passou a ter direito a dois representantes na Câmara dos Deputados. Em 1957, projeto apresentado pelo Deputado José Guiomard dos Santos elevava o Território à categoria de Estado, o que resultou na Lei nº. 4.070, de 15 de junho de 1962, sancionada pelo então Presidente da República, João Goulart. O primeiro governador do Estado do Acre foi o Senhor José Augusto de Araújo, eleito em outubro de 1962, com 7.184 votos.

POLÍTICA E ECONOMIA DO ACRE: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: ECONOMIA, PRODUTO INTERNO BRUTO, EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES E DO EMPREGO, POPULAÇÃO. TRABALHOS E PRODUÇÃO NAS DIFERENTES NAÇÕES INDÍGENAS, USO E POSSE DA TERRA DOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA NO AUGO DO CICLO DA BORRACHA, OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA TERRA, OCUPAÇÃO E DISPUTA PELA TERRA ENTRE POVOS INDÍGENAS E GRUPOS DE INTERESSE SOCIOECONÔMICO E ATIVIDADES ECONÔMICAS MAIS RELEVANTES NO ESTUDO DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DO ACRE

EDUCAÇÃO		ECONOMIA	
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	5,8	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2010]	0,663
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	4,8	Receitas orçamentárias realizadas [2017]	6.632.883,11 R\$ (×1000)
Matrículas no ensino fundamental [2020]	156.679 matrículas	Despesas orçamentárias empenhadas [2017]	6.084.416,81 R\$ (×1000)
Matrículas no ensino médio [2020]	39.287 matrículas	Número de agências [2020]	55 agências
Docentes no ensino fundamental [2020]	6.370 docentes	Depósitos a prazo [2020]	1.729.334.698,00 R\$
Docentes no ensino médio [2020]	2.035 docentes	Depósitos à vista [2020]	637.676.587,00 R\$
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	1.344 escolas		
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	247 escolas		

Fonte: IBGE

O Estado do Acre está localizado no extremo sudoeste da Região Norte, inserido na área da Amazônia Legal Brasileira (composta pelos seguintes estados: Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), abrangendo uma superfície territorial de 16.422.136 ha. O território que hoje forma o Estado do Acre foi incorporado ao Brasil em 17 de novembro de 1903, por força do Tratado de Petrópolis, pelo Decreto Legislativo nº 1.181, de 25.02.1904, fixado na Administração Provisória do Território do Acre. Foi elevado à categoria de Estado em 15.06.1962, através da Lei nº 4.070. No Estado do Acre, a questão fundiária apresenta um nível particular de complexidade resultante de fatores históricos relacionados à incorporação ao Brasil de território anteriormente pertencente à Bolívia e, especialmente, ao fato de terem sido reconhecidos os títulos expedidos por diferentes administrações nacionais e internacionais como o governo do Estado do Amazonas, as Repúblicas da Bolívia e do Peru e o ex-Estado Independente do Acre.

A falta de regularização legal das propriedades só foi evidenciada quando o governo federal estimulou a reorganização do espaço econômico em decorrência de políticas orientadas para a “modernização” e “integração” da Amazônia ao território nacional. A criação de mecanismos de atração de capitais do Centro-Sul do país e a implantação de atividades capitalistas na agricultura tiveram como consequência o fato de a terra assumir efetivamente o caráter de mercadoria.

Situado na Amazônia Legal, sua vegetação natural é composta basicamente por floresta tropical aberta e floresta tropical densa. O potencial econômico da flora estadual é imensurável, tanto do ponto de vista madeireiro, da abundância e variedades de espécies produtoras de frutos para a alimentação e uso industrial, quanto da existência de plantas medicinais e ornamentais.

Ao longo de sua história, a ocupação do território e a organização de atividades econômicas no Acre, respaldadas por políticas e projetos governamentais, não viabilizaram um modelo de desenvolvimento duradouro e sustentável. A partir dos anos 70, a expansão da fronteira agropecuária e madeireira no Acre (ainda que de forma menos intensa do que em outros estados, como Pará, Mato Grosso e Rondônia) foi acompanhada por problemas graves, tais como: conflitos sociais sobre o acesso à terra e outros recursos naturais, exploração predatória de recursos naturais, altas taxas de desistência nos projetos de assentamento, crescimento desordenado de cidades como Rio Branco¹. O extrativismo vegetal, que tradicionalmente sustentou a economia acreana não tem recebido o apoio e o incentivo necessários para uma melhor performance. Os preços pagos pela borracha são incapazes de reanimar a produção e a madeira tem sido explorada de forma seletiva, sem nenhum tipo de manejo. Recentemente, o Estado tem realizado esforços para promover o desenvolvimento sustentável, atendendo às necessidades do presente sem comprometer uso dos recursos naturais no futuro. Para tanto, tem utilizado como instrumento o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), organizando o processo de ocupação socioeconômica por meio da identificação do potencial de cada região e da orientação dos investimentos para o desenvolvimento do extrativismo, da agroindústria e da agropecuária, buscando a preservação da biodiversidade.

Destacam-se no Estado, como atividades econômicas mais significativas, a exploração da borracha e da madeira. Os ciclos da borracha no Brasil atraíram para o Estado do Acre, desde o século passado, um contingente populacional formado principalmente por nordestinos. A queda do preço do produto no mercado internacional fez com que muitos seringais fossem desativados e a produção de borracha decresceu acentuadamente no Acre. O seringueiro passou então a diversificar suas atividades, estando hoje as florestas acreanas permeadas de comunidades extrativistas. O gerenciamento direto da floresta pela população que nela habita, tornando-se o agente responsável por si e pelo que pode significar a preservação da floresta é o recomendável.

A Floresta Estadual do Antimary, que abrange 66.168 hectares, no centro leste do Estado, foi escolhida como área de estudo de modelos de utilização da floresta tropical. A população local é formada predominantemente por seringueiros, e as principais fontes de renda das famílias são a exploração da castanha e da borracha. O Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Floresta do Antimary é financiado pela International Tropical Timber Organization (ITTO), com contrapartida do governo brasileiro. O ponto de partida para a interpretação das tipologias florestais foi o mapa confeccionado a partir de imagens de satélite. Optou-se pela determinação de regiões de manejo, nas quais poderiam ser agrupados mais de um estrato, desde que não houvesse grande diferenciação entre as espécies potenciais. Definiram-se então três tipologias básicas: Floresta Densa; Floresta Densa de Várzea; e Floresta Aberta com Bambu.

Segundo levantamento socioeconômico na Floresta do Antimary, estima-se uma produção anual potencial de 200 toneladas de borracha natural e 44 toneladas de castanha do Brasil “in natura”. A borracha representa o produto mais importante da economia de extrativismo, havendo no Antimary um total de 544 estradas de seringa (114 árvores de seringueira em média por estrada) nas colocações. A castanha do Brasil é o segundo produto do extrativismo da Floresta do Antimary, sendo coletada no período da entre-safra da borracha, que ocorre de dezembro a fevereiro.

Das 1.244 espécies de plantas registradas, 674 foram designadas como tendo potencial de uso pelo extrativismo. Estes usos estão divididos em categorias, entre as quais destacam-se: para a nutrição humana (frutas de árvores, arbustos, palmeiras e cipós); para a construção civil, que inclui aquelas espécies que os extrativistas usam na construção de suas casas (cumaru ferro, itauba etc.); madeira para botes — espécies utilizadas na construção de canoa, (arapari, itaúba, maçaranduba etc.); para fazer ferramentas para caça e pesca — incluem-se espécies adequadas a caniços e armadilhas; para utensílios variados — incluem-se espécies adequadas para a fabricação de facas, utensílios para a extração do látex etc.; remédios (como barba de paca, que é usada como coagulante do sangue, para uso externo); lenha e carvão — várias espécies arbóreas são incluídas nesta categoria, como ingá ferradura e o louro. As estradas de seringa estão sendo utilizadas como limites para facilitar o processo de determinação da área a ser manejada. De acordo com as condições de ocorrência de espécies comerciais, topografia, distância das margens, mão-de-obra disponível e área total, foram determinados os compartimentos onde serão realizadas anualmente as atividades do projeto.

O bambu é um dos produtos a ser explorado no Acre. Em todo o mundo, existem mais de mil espécies de bambus herbáceos e gigantes, distribuídos em cerca de 50 gêneros. No Brasil, as espécies de ocorrência da região amazônica recebem vulgarmente o nome de taboca ou taquarussu. No Acre, como na Amazônia de maneira geral, o bambu nativo é pouco utilizado. Em certas regiões é usado pelo seringueiro apenas como tigela para coleta do látex ou como ponte sobre pequenos igarapés. Na biodiversidade das florestas acreanas, destaca-se, entre outras espécies, o bambu nativo, encontrado em grande quantidade em todo o território do Acre.

O único Distrito Industrial existente no Estado, localiza-se no município de Rio Branco, possuindo infraestrutura básica de transportes coletivos, vias de acesso, energia elétrica e linhas telefônicas, porém grande parte dos empreendimentos ali instalados encontram-se com suas atividades paralisadas.

A agricultura é geralmente praticada para subsistência, mas algumas lavouras como a mandioca, o arroz, a banana e o milho, são também de importância econômica para o Estado, além de serem essenciais para a subsistência de sua população. Na pecuária destaca-se o rebanho de gado bovino (410 mil cabeças); os suínos (172,2 mil cabeças); e ovinos (26 mil unidades). Existe ainda alguma atividade industrial no Estado do Acre, voltada para a produção alimentícia, madeireira, de cerâmica e de mobiliário. O comércio é feito quase todo por via fluvial e os produtos exportados convergem em quase totalidade, para os Estados do Amazonas e Pará.

Por estar inserido no âmbito da região amazônica, o estado do Acre possui limitações físicas para o desenvolvimento de alguns tipos de atividades produtivas em larga escala. Com a existência de uma vegetação natural composta basicamente por floresta tropical aberta e floresta tropical densa, o potencial econômico da flora do Acre é muito grande.

As Terras Indígenas, parte integrante do SEANP, totalizam 14,55% do território do Estado, em sua maioria já regularizadas. Esse é um fator de relevante importância para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e para a proteção de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e o fortalecimento de sua identidade.

Com o objetivo de garantir o cumprimento dos direitos das populações indígenas, nos últimos 30 anos foram reconhecidas no Estado do Acre 34 Terras Indígenas (TIs), destinadas a 14 (quatorze) povos, com uma área de 2.390.112,26 ha (14,55% do território), abrangendo um contingente populacional estimado em 12.720 índios. Do total de 34 Terras Indígenas atualmente reconhecidas no Estado, 24 encontram-se registradas na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e nos Cartórios de Registro de Imóveis dos respectivos municípios de localização, ato que conclui todo o processo de regularização fundiária.

Produto Interno Bruto

Mesmo com um crescimento de somente 0,2% em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) do Acre, no período de 2002/2017, cresceu a uma taxa média de 3,9% ao ano, ocupando a 6ª posição dentre os nove Estados que conseguiram fazer o PIB crescer no período. Na soma, o PIB acreano cresceu 77,2% em quinze anos, período que coincide com os governos da extinta Frente Popular do Acre no Estado.

O IBGE estima em R\$14. 271.000.000,00 o PIB do Acre, 23º no ranking de valor nominal. Os salários tem grande peso na composição da riqueza acreana. No Norte, a participação da remuneração de empregados também foi mais expressiva em Roraima (60,3%); Acre (54,5%); e Amapá (55,1%), estados caracterizados pela baixa participação no PIB nacional e pelo peso relativamente alto da atividade de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social em suas economias.

Em 2015, três atividades foram responsáveis por 53% do total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho no Acre: Agricultura (25%); Comércio e Reparação (17%) e Educação, Saúde e Serviços Sociais (11%). Quanto a posição na ocupação no trabalho principal, a maior parcela dos trabalhadores é classificada como Empregados e Conta Própria, representando 50% e 27%, respectivamente, da população ocupada.

ATUALIDADES

1. Questões relacionadas a acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais01
1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, especialmente sobre o Brasil e o Estado do Acre (tópicos e questões ocorridos até a data de publicação do Edital de abertura)01

QUESTÕES RELACIONADAS A ACONTECIMENTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “área do cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.apostilasopcao.com.br/errata-retificacao>

Bons estudos!

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, ESPECIALMENTE SOBRE O BRASIL E O ESTADO DO ACRE (TÓPICOS E QUESTÕES OCORRIDOS ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA)

Com chuvas abaixo do esperado, nível do Rio Acre se mantém crítico em Rio Branco

Ainda com as chuvas abaixo do esperado para o período, o nível do Rio Acre se mantém crítico na capital acreana, Rio Branco. Segundo dados da Defesa Civil Municipal, o manancial marcou 1,61 metro neste sábado (16/10/21), sendo que o esperado para o período é de 2 a 3 metros.

Para o major Cláudio Falcão, coordenador do órgão, a situação se deve por conta do déficit hídrico dos últimos três meses. No mês de julho não houve registro de chuvas na capital, sendo que o esperado era de, ao menos 50 milímetros.

Já em agosto, que também é esperado uma média de 50 milímetros de chuva, o acumulado chegou a 2,5 milímetros, segundo os dados da Defesa Civil. Em outubro, na primeira quinzena, o registrou foi de 66 milímetros, sendo que para todo o mês é esperado 150 milímetros.

No mesmo dia 16 de outubro no ano passado, o Rio Acre também estava muito abaixo da média. Conforme os dados, o manancial marcava 1,35 metro na época, já no mesmo dia em 2019, ele chegou a 2,13 metros.

“O nível deu uma leve subida nos últimos dias, mas acabou baixando novamente, então, estamos bem abaixo do que esperávamos. Tivemos um déficit hídrico muito grande nos últimos três meses, então mesmo com essas chuvas que aconteceram no início de outubro, não é suficiente para sair dessa escassez hídrica. A expectativa é que chuvas regulares só ocorram a partir da segunda quinzena de novembro”, informou o major.

Em setembro de 2016, o Rio Acre atingiu o menor nível já registrado na história desde 1971, ano em que o manancial começou a ser monitorado. No dia 17 de setembro daquele ano, o rio marcou 1,30 metro.

Este ano, o rio chegou a se aproximar dessa cota, ficando em 1,33 metro no dia 29 de agosto.

Decreto de emergência

A situação do Rio Acre está em alerta máximo desde o dia 20 de junho, quando o manancial passou a ficar abaixo de 2,69 metros. Desde então, o nível do rio vem apresentando baixa.

A falta de chuvas que afeta tanto a qualidade do ar devido às queimadas e também o nível do Rio, levou o prefeito Tião Bocalom a decretar situação de emergência, no dia 31 de agosto, nas áreas rurais do município afetadas pela seca do manancial que já é considerada uma das piores. O decreto é válido por 30 dias.

Para tentar amenizar a seca nas comunidades rurais, a Defesa Civil iniciou desde o final de julho o abastecimento de caixas d'água em alguns bairros da capital que não são atendidos pelo Departamento de Água e Saneamento do Acre (Depasa). Atualmente, são levados de 700 a 800 mil litros de água por semana a 17 comunidades rurais de Rio Branco.

Acre apresenta redução de 31% nos casos de malária

Como saldo positivo da intensificação das ações de vigilância em saúde nos municípios, o governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), registrou um decréscimo no número dos casos de malária, em comparação com o ano anterior, 2020, que mesmo sendo um ano pandêmico, ainda registrou muitos casos da patologia.

A diminuição foi de 31% no número de casos no período de janeiro a setembro de 2021, se comparado ao mesmo período de 2020. Por exemplo, em setembro do ano anterior, o estado registrou um total de 865 casos, neste ano, foram registradas 591 notificações da doença que é endêmica na região amazônica.

“Os municípios fazem a sua programação como busca ativa de casos, borrifração intradomiciliar e campanhas educativas, mediante orientações técnicas da nossa equipe da Sesacre”, explicou o técnico do Programa Estadual de Controle da Malária, Dorian Jinkins.

Além disso, a equipe técnica já está traçando uma visita técnica em conjunto com o Programa Nacional de Controle Malária do Ministério da Saúde, para intensificar ainda mais as ações de vigilância dentro dos municípios, tendo em vista que o estado ainda enfrentará um período chuvoso.

A doença

Doença causada por um parasita Plasmodium, transmitido pela picada de mosquitos infectados. A gravidade da malária varia de acordo com a espécie de Plasmodium, sendo os sintomas: calafrios, febre e sudorese, ocorrendo geralmente algumas semanas depois da picada. O tratamento inclui medicamentos antimaláricos.

Vacina

Na quarta-feira, 6, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou a vacinação ampla de crianças contra a malária para as populações com altas taxas de transmissão, como a África Subsaariana.

Com isso, o técnico do Programa Estadual de Controle da Malária, Dorian Jinkins, explica: “Será feita uma nota técnica, mas, até o momento, a vacina é para crianças na África e apenas para o Plasmodium falciparum. Apesar da ótima notícia, ainda não serve para o Brasil. Não há estudos”.

Água para Todos: governo do Estado perfura nono poço e leva mais qualidade de vida para a população do Juruá

Por determinação do governador Gladson Cameli, o Vale do Juruá tem recebido um dos maiores programas já executados no Acre para levar água potável e de qualidade para cerca de 120 mil pessoas. O Água para Todos deu início, na última quinta-feira, 16, à perfuração do nono poço profundo no bairro Miritizal II, no Segundo Distrito de Cruzeiro do Sul.

Com 150 metros de profundidade e vazão de 60 mil metros cúbicos por hora, a construção do poço será concluída na segunda quinzena de outubro. Um reservatório com capacidade para 60 mil litros será instalado no local para armazenar a água, que, posteriormente, será distribuída para cerca de quatro mil moradores da comunidade.

“Esse poço representa a realização de um sonho. Há mais de cinco anos, os moradores do Miritizal sofrem com a falta d'água. Têm famílias aqui que passam mais de uma semana com as torneiras secas. Na reunião que tivemos com o governador Gladson Cameli junto com as lideranças comunitárias, eu mesmo entreguei o ofício na mão dele pedindo esse poço. Em nome da nossa comunidade, gostaria muito de agradecer o governador por estar atendendo a nossa reivindicação”, afirmou Lourenço de Jesus, presidente da Associação de Moradores do Bairro Miritizal II.

Coordenado pelo Departamento de Água e Saneamento (Depasa), o programa tem como principal objetivo suprir a demanda de água em bairros que enfrentam desabastecimento e ainda comunidades rurais não interligadas à rede de distribuição. Somente na regional do Juruá, serão perfurados 20 poços até o segundo semestre de 2022, beneficiando cerca de 30 mil famílias.

“Não estamos medindo esforços para que a nossa meta seja alcançada dentro do prazo estabelecido pelo próprio governador Gladson Cameli. Primeiramente, fizemos um projeto piloto na Maternidade de Cruzeiro do Sul e conseguimos resolver o problema de desabastecimento da unidade, que se arrastava há muitos anos. Agora, estamos levando esse mesmo serviço para os bairros e comunidades rurais. Não estamos falando só de água, mas também de garantir mais saúde para a população”, argumentou Braz Pedrosa, coordenador-geral do Depasa em Cruzeiro do Sul.

A logística do trabalho de perfuração dos poços conta com um caminhão perfuratriz, equipe técnica especializada, equipamentos e materiais necessários para perfuração, além da regularização e operacionalização do poço. Em contrapartida, os entes conveniados entram com a definição do local da perfuração, acompanhados dos técnicos e geólogo do governo, assim como a doação do terreno para construção do poço, insumos e todas as tratativas definidas no instrumento de convênio.

Segundo o governador Gladson Cameli, melhorar a qualidade de vida dos acreanos é prioridade de sua administração. Com essa ação no Juruá, o Estado realiza investimentos na ordem de R\$ 2 milhões. Na oportunidade, o chefe de Estado fez um resgate histórico do veículo responsável pela perfuração dos poços profundos.

“Esse caminhão foi adquirido durante a gestão do meu saudoso tio e ex-governador Orleir Cameli, quando ele iniciou esse trabalho, que infelizmente foi interrompido e abandonado. Com muito esforço, recuperamos a perfuratriz e estamos perfurando esses poços para beneficiar a população, que tanto precisa de água potável de boa qualidade”, enfatizou.

Acre recebe mais 33,2 mil doses de vacina contra a Covid-19

Na tarde desta segunda-feira, 20, o governo do Acre recebeu do Ministério da Saúde mais 33.290 doses de vacina contra a Covid-19, sendo 25.740 doses da fabricante Pfizer, 7.250 Fiocruz/AstraZeneca e 300 da Janssen (dose única).

Os imunizantes da Pfizer e Fiocruz/AstraZeneca serão destinados para aplicação de segundas doses. O sucesso das ações de imunização é refletido no baixo número de novos casos e óbitos.

O Acre tem, hoje, 79,31% de sua população vacinada e já aplicou 727.789 doses. A maioria dos municípios estão com cobertura vacinal superior a 60%.

“Nosso objetivo é zerar esses números, o que só será possível com 100% da cobertura vacinal e, para tanto, precisamos que a população atenda o nosso chamado, se disponibilize para receber as duas doses, para que juntos possamos vencer o coronavírus”, salientou a secretária de Estado de Saúde, Paula Mariano.

Controladoria Geral do Estado celebra 14 anos de atuação em prol da melhoria dos serviços públicos

Com o objetivo coordenar as atividades de controle interno do Poder Executivo estadual, dedicando-se pela qualidade da aplicação dos recursos públicos, a Controladoria Geral do Estado do Acre (CGE/AC) completa nesta terça-feira, 31, 14 anos de atuação.

Instituído pela lei complementar nº 171, no ano de 2007, o órgão é responsável por exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das instituições e entidades que compõe a administração pública estadual.

Nesta luta pela transparência e pelo compromisso com a gestão do dinheiro público, o governo Gladson Cameli fortaleceu o órgão central de controle interno, reestruturando suas instalações físicas, meios de logística e orçamento, entre outras medidas que garantam o papel de protagonismo da CGE em apoio às demais secretarias e unidades estaduais.

“Gostaria de agradecer o nosso governador, que nos últimos dois anos vem dando as condições necessárias para executarmos os nossos trabalhos, desde a reforma na nossa sede, que estava em estado precário. Também nos concedeu novos veículos e materiais administrativos, além de melhorias orçamentárias para elevar os atendimentos das demandas”, destaca o controlador geral do Estado, Luis Almir Brandão.

Na consolidação desses avanços, a CGE atua sobre novas perspectivas, como o planejamento para a criação de uma Ouvidoria e Corregedoria, elaboração de concursos públicos para auditores e técnicos em auditorias para auxiliar nas medidas pertinentes à correção das irregularidades e falhas verificadas, comunicando ao órgão de origem para os procedimentos e sanções cabíveis.

Outro ponto em destaque da Controladoria está na colaboração técnica e profissional com outros órgãos públicos de controle, entre eles o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e a Delegacia de Combate à Corrupção e aos Crimes contra a Ordem Tributária e Financeira.

“Todos esses parceiros, entre tantos outros, contribuem de forma significativa com informações e dados, gerando maior integração e aperfeiçoamento das ações pertinentes na busca de aprimorar as atividades de controle, e consequentemente agregar valor à administração pública”, relata Brandão.

A dedicação ao trabalho é uma característica comum entre os 42 servidores que exercem os seus ofícios na CGE. Entre eles, está o chefe do setor de Planejamento, Cicero Antônio Dias, um dos primeiros funcionários do órgão de controle.

“Tenho muito orgulho de trabalhar aqui, pois trata-se de uma instituição imprescindível para o Estado e a sociedade, em virtude de zelar pelo bem público. Ou seja, eu encaro este cotidiano como uma nobre missão, que é cuidar dos recursos para eles chegarem no destino certo, que é a população”, disse.

Governo instala motobomba mais potente para garantir o abastecimento de água em Rio Branco

Com estiagem, Estado adota medidas e orienta população sobre o consumo consciente de água

A baixa no nível do Rio Acre durante este período do ano é esperada, por isso, o governo do Estado adota medidas para que não ocorra o desabastecimento em Rio Branco, e orienta a população sobre o consumo consciente.

O governo do Estado, por meio do Departamento Estadual de Água e Saneamento (Depasa), está instalando um conjunto motobomba mais potente nesta segunda-feira, 30, na Estação de Tratamento de Água (ETA) I na capital. O objetivo é manter a produção próxima a 1.600 litros por segundo (590 na ETA I e 958 na ETAII), vazão ideal para atender a necessidade de consumo da capital.

“O nível do rio baixo exige mais dos equipamentos da captação, mas todo esforço continua sendo feito para que as estações de tratamento de água continuem operando com capacidade total”, enfatiza a diretora-presidente do Depasa, Waleska Bezerra.

O Estado monitora o nível dos rios, e em Rio Branco observou-se que o Rio Acre apresentou uma pequena elevação, de 5cm, de acordo com a última leitura, saindo de 1,33m para 1,38, de acordo com os dados da Defesa Civil municipal e Agência Nacional de Águas (ANA), mas ainda assim requer um aumento de nível para se ter uma boa produção e abastecimento ideal nas ETAs.

A diretora acrescenta: “O que pedimos à população é que faça o uso consciente da água tratada, evitando lavar calçadas, carros com mangueira, mantendo o hábito de banhos rápidos, monitorando as instalações de suas casas e corrigindo vazamentos, se necessário, e em caso de desperdício informar imediatamente à Central de Atendimento do Depasa no 0800 7171 7711”.

Governo oferta curso Básico de Libras para servidores que trabalham com atendimento ao público

O Governo do Estado do Acre por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Acre (Seplag), oferta a partir desta segunda-feira, 23, o Curso Básico de Libras em Contexto, voltado para servidores públicos que trabalham com o atendimento ao cidadão. O curso, com carga horária de 120 horas, será ministrado de forma presencial no auditório do Acreprevidência das 14h às 17h, terá três meses de duração, encerrando as turmas dia 02 de dezembro.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou ainda Língua de Sinais Brasileira (LSB), é a língua natural que os surdos do Brasil usam. Tal como a língua portuguesa, a espanhola, inglesa ou qualquer outra. O Curso ofertado tem como objetivo possibilitar aos profissionais que trabalham com atendimento ao público uma melhor comunicação entre surdos e ouvintes, através do aprendizado dos sinais básicos para uma comunicação em Libras.

A seleção dos cursistas se deu por meio de indicação de cada órgão de Estado, onde foi selecionado um, ou mais, servidores que trabalham diretamente com o atendimento ao público em cada instituição. A instrutora Eliane Vilela da Silva, é Pós-graduada em Libras (Língua Brasileira de Sinais/Educação de Surdos/ Interpretação/Tradução), pela Faculdade São Francisco de Barreira – Lato Sensu e está cursando Pós-graduação em Educação Inclusiva, Educação Especial e Neuropsicopedagogia, pelo Grupo Educacional FAVENI.

O reconhecimento de Libras, por meio da Lei nº 10.436/2002 como sendo a língua da comunidade de pessoas surdas do Brasil, trouxe consigo regulamentações que procuram garantir a sua circulação no território nacional. Dessa maneira, a lei também

passa a incidir sobre o funcionamento de instituições, de forma a garantir que o poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos desenvolvam formas de apoiar o seu uso e sua difusão.

Governador se reúne com consultores para tratar sobre Processo de Regularização dos Ativos Ambientais

O governador Gladson Cameli, acompanhado de sua equipe técnica participou nesta sexta-feira, 20, na Aggrego Consultores em São Paulo, de uma reunião de acompanhamento do Processo de Regularização dos Ativos Ambientais de Governo.

O objetivo do encontro foi de habilitar o estado do Acre para comercializar ativos ambientais e buscar parcerias com fundos de investimentos nacionais e internacionais. De modo que possa ser alcançado empresas interessadas em processo de neutralização de carbono e esses ativos sejam convertidos em recursos econômicos para o investimento na agricultura e pecuária sustentável, gerando empregos e renda no Acre.

“O Acre é a menina dos olhos no processo de neutralização do carbono. O estado está pronto para irmos em busca de recursos junto as empresas e futuros investidores”, ressaltou Cameli.

Os pontos positivos na regularização é o levantamento de recursos para aplicação na infraestrutura rural, com foco na discussão de recursos. O Acre se tornaria referência no Environmental Social and Governance Advisory (ESG), que são três pilares: o ambiental, o social e o de governança.

“Precisamos dar valor econômico para os ativos ambientais, o Acre tem hoje todo o potencial para se tornar um ESG. Estamos aqui para apoiar e direcionar o estado na busca pelos recursos”, destacou o consultor e sócio da Aggrego Consultores, Ludovino Lopes.

Participaram da reunião os especialistas em finanças e governança corporativa, Claudio Ventura, Sérgio Brilhante e o presidente do Conselho de Administração (CDSA), Ernandes Nogueiros.

BRASIL

Fogo afetou 85% das espécies em extinção na Bacia Amazônica

Um estudo internacional com a participação de cientistas brasileiros revelou que 85% das espécies consideradas ameaçadas de extinção na região amazônica foram impactadas pelas queimadas de 2001 a 2019.

Os resultados foram publicados na renomada revista científica Nature e levam em consideração 11.514 espécies de plantas e 3.079 espécies de vertebrados em toda a extensão da Bacia Amazônica.

Melhor campanha do Brasil nas Paraolimpíadas

O Brasil encerrou sua participação nos Jogos Paralímpicos de Tóquio com sua melhor campanha da história no evento. Foram 72 medalhas, sendo 22 de ouro, 20 de prata e 30 de bronze, o que garantiu o sétimo lugar no quadro de medalhas. É o maior número de medalhas douradas do país, superando os 21 ouros de Londres 2012.

Atos pró-governo e ameaças ao STF

O Presidente da República, Jair Bolsonaro, insuflou sua base em protestos em Brasília e São Paulo com ameaças a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente novamente questionou, sem provas, a segurança do sistema eleitoral.

As manifestações aconteceram no dia 7 de setembro, data em que é comemorada a Independência do Brasil. Ele também voltou a dizer que só sai de Brasília “morto, preso ou com vitória”.

O presidente do STF, Luiz Fux, respondeu as declarações feitas pelo presidente nos atos pró-governo e advertiu que desrespeito a decisões da Corte configura crime de responsabilidade. Ele também alertou contra “falsos profetas do patriotismo” e disse que o Tribunal não aceitará ameaças.

Depois de ameaçar o Supremo e pregar desobediência a decisões da Corte durante os atos de 7 de setembro, presidente Jair Bolsonaro divulgou uma “Declaração à Nação” em tom de recuo tático. Na declaração, Bolsonaro diz que suas palavras, “por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum” e diz ainda que não teve intenção de agredir.

Escândalo Prevent Sênior

A Prevent Senior, empresa de plano de saúde e dona de hospitais em São Paulo, foi acusada por médicos ex-funcionários de esconder que pacientes e médicos morreram de Covid-19 e de ameaçar funcionários que denunciaram as irregularidades.

A advogada que representa médicos da rede Prevent Senior, Bruna Morato, revelou à CPI práticas ilegais da empresa. Dentre elas, está a aplicação do chamado “kit-covid” sem o consentimento dos pacientes, a maioria idosos. Nesse kit estariam inclusos remédios sem comprovação científica contra a covid-19, como a cloroquina.

De acordo com a advogada, a rede maquiou estudos sobre a cloroquina para adequá-los a declarações do presidente Jair Bolsonaro, que defende o “tratamento precoce”. Senadores veem elo com “gabinete paralelo” do Ministério da Saúde, que seria formado por empresários e médicos que eram contra as medidas de isolamento social, como o fechamento do comércio.

Um dos empresários que fariam parte do “gabinete paralelo” é Luciano Hang, dono das redes Havan. Ele é suspeito de financiar notícias falsas sobre “tratamento precoce” e de ocultar no atestado de óbito da própria mãe que ela morreu de covid-19.

Crise hídrica e energética

O Brasil está à beira de uma nova crise energética, ou seja, há uma sobrecarga no sistema elétrico do país que pode levar à falta do fornecimento de energia e causar o famoso “apagão”. A escassez de água prolongada e a falta de planejamento do Governo Federal têm colocado em risco a produção de energia em território brasileiro.

PEC do voto impresso

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 135/2019, chamada de PEC do voto impresso, foi derrotada em votação na Câmara dos Deputados. O voto impresso auditável é um desejo do presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido), que constantemente ataca o sistema eleitoral brasileiro. Sem apresentar provas, Bolsonaro alega que as urnas eletrônicas podem ser fraudadas e que houveram fraudes nas eleições de 2014 e 2018.

No dia da votação da PEC, Bolsonaro compareceu a um desfile de blindados das Forças Armadas. O treinamento ocorre anualmente desde 1988, mas, pela primeira vez, os tanques passaram em frente ao Palácio do Planalto. O ato foi interpretado como uma pressão de Bolsonaro pela aprovação da PEC.

Bolsonaro x STF

Por causa das acusações sem provas sobre as urnas eletrônicas, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou pedido de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro. O ministro Alexandre de Moraes recebeu a notícia-crime feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que acusa o presidente de ter espalhado informações falsas e ataques contra as instituições.

Jair Bolsonaro também será investigado pela divulgação de dados sigilosos de um inquérito da Polícia Federal. A notícia-crime também foi apresentada pelo TSE e aceita pelo STF. Em uma live, Bolsonaro compartilhou informações que comprovariam uma fraude nas eleições de 2018, mas os dados sigilosos apresentados não mostraram isso.

Em reação ao STF, o presidente disse que vai pedir ao Senado abertura de um processo de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Bolsonaro também afirmou que Moraes é “a mentira em pessoa” e que “a hora dele vai chegar”.

Privatização dos Correios

Com 286 votos favoráveis e 173 contra, a proposta de privatização dos Correios foi aprovada na Câmara e agora segue para o Senado. A expectativa é de que o Senado também aprove a proposta e que o leilão seja feito no primeiro semestre de 2022.

O projeto de Lei autoriza a venda da estatal, determina que a nova empresa se chame Correios do Brasil e altera a função da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão que passará a se chamar Agência Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais. Entre suas responsabilidades, a nova agência terá que regular os serviços postais.

Ataques em Araçatuba

Três agências bancárias em Araçatuba foram atacadas por um grupo de cerca de 30 criminosos. Usando explosivos e armas, o grupo aterrorizou a cidade do interior de São Paulo. Ao menos três pessoas morreram, sendo um criminoso, e outras cinco ficaram feridas. Ainda não se sabe o valor roubado.

Pandemia - Julho

O número de casos e de mortes em decorrência do coronavírus segue em queda no Brasil. Especialistas da área da saúde acreditam que a redução se deve ao aumento da população vacinada. Em julho, a maioria dos estados diminuiu a faixa etária para 30 anos ou menos para que mais brasileiros possam se imunizar.

Outro dado é que, no dia 13 de julho, a Imperial College de Londres apontou que a taxa de transmissão da Covid-19 no Brasil caiu para 0,88. Esse número é o mais baixo desde novembro de 2020.

Confira outras informações sobre o coronavírus no Brasil e no mundo que foram divulgadas em julho:

- Pesquisa encomendada pelo Datafolha apresentou que 94% da população pretende se vacinar. O dado é considerado recorde;

- Pela 1ª vez em 8 meses, a ocupação de UTIs para Covid-19 na rede pública ficou abaixo de 90% em todos os estados;

- Prefeitura do Rio de Janeiro afirmou que adotará, a partir de setembro, plano gradual que contemplará três etapas para flexibilizar medidas de restrição por causa do coronavírus;

- Governo de São Paulo anunciou que, a partir de 17 de janeiro de 2022, vai iniciar uma nova campanha de vacinação contra a Covid no estado. A vacinação deve ocorrer todos os anos, a exemplo do vírus H1N1, da gripe;

- Holanda: 20 mil pessoas participaram de um festival de música em Utrecht depois que o país retirou quase todas as medidas contra o Covid. Depois do evento, mais de mil pessoas saíram contaminadas;

- Inglaterra liberou eventos e o distanciamento social foi encerrado. A população agora só usará máscaras no transporte público. Esse dia ficou marcado como o “Freedom Day”.

Incêndio na Cinemateca

Um galpão da Cinemateca Brasileira, situado na Vila Leopoldina, em São Paulo, foi atingido por um incêndio no início da noite do dia 29 de julho. O fogo iniciou quando uma empresa terceirizada fazia manutenção do ar condicionado. O Ministério Público Federal (MPF) alertou, há nove dias, que o local tinha risco de sofrer incêndio.

Em 2020, o galpão já havia sido danificado por causa de um alagamento. Em 2016, outro galpão da Cinemateca, localizado na Vila Mariana, também em São Paulo, foi incendiado. Na ocasião, aproximadamente 500 obras e mil rolos de filmes da década de 1940 foram destruídos.

A Cinemateca tem como objetivo preservar e difundir a produção audiovisual brasileira. Para isso, conta com o maior acervo da América do Sul, formado por cerca de 250 mil rolos de filmes e mais de um milhão de documentos relacionados ao cinema, como fotos, roteiros, cartazes e livros, entre outros.

Programa Sinal Vermelho

O presidente Jair Bolsonaro sancionou sem vetos, no dia 29 de julho, a Lei 14.188, de 2021, que cria o programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica e Familiar. O programa Sinal Vermelho indica que a letra X escrita na mão da mulher, preferencialmente na cor vermelha, seja um sinal de denúncia de situação de violência contra a mulher.

Neste mês, vídeos que divulgaram o cantor DJ Ivis agredindo a ex-mulher, Pamella Holanda, chocaram a população. A Polícia Civil indiciou o artista por lesão corporal, ameaça e injúria. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou pedido de liberdade de Ivis.

Estátua de Borba Gato situa-se na Zona Sul de São Paulo

No dia 24 de julho, manifestantes incendiaram a estátua do bandeirante Manuel Borba Gato, localizada na Zona Sul de São Paulo. O grupo era contra a homenagem a Gato por meio da estátua e protestava contra a violência que o bandeirante adotava em suas expedições. O episódio suscitou reações nas redes sociais, especialmente de repúdio.

Gato foi um bandeirante que participou das expedições que adentraram o sertão brasileiro em busca de metais preciosos e mão de obra escravizada. Ele foi responsável pela morte do administrador-geral de Minas Rodrigo de Castelo Branco.

Amazônia

O Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) apontou, no dia 2 de julho, que a área sob alerta de desmatamento na Amazônia Legal durante o 1º semestre de 2021 foi a maior em seis anos. Segundo o órgão, o estado do Pará foi o mais afetado, representando mais de um terço de toda a área.

Outro dado do INPE mostrou que as regiões da Amazônia afetadas por queimadas e desmatamento estão levando a floresta toda a emitir mais carbono do que consegue absorver — são 0,29 bilhão de toneladas de carbono emitidos por ano para a atmosfera.